

# Modalidades de atendimento educacional para surdos

## Entendendo a proposta inclusiva e os serviços de apoio

O governo brasileiro lançou no início de 2004, pela Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação, um conjunto de documentos destinados a promover a implementação da política de inclusão escolar, a série Educação Inclusiva. É um conjunto composto de quatro documentos que abordam os aspectos filosóficos da inclusão, o papel dos municípios, da escola e da família.

O teor resumido desses documentos indica que a base filosófica da inclusão tem como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e o respeito à diversidade como uma consequência dos anteriores, reconhecendo e valorizando a diversidade em qualquer sociedade. Afirmam ainda, a garantia de acesso e a participação de todos, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social em todas as instituições escolares do país.

Outro ponto apresentado diz respeito à função da escola, que deve organizar-se de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. Assim, a escola inclusiva é tida como aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Já o foco da ação educacional relativa ao aluno deve visar à aprendizagem e à construção de competências que o habilitem para a cidadania, partindo-se do conhecimento de cada aluno, do respeito às suas potencialidades e da busca de respostas às suas necessidades com qualidade pedagógica.

Fica clara também uma preocupação com a prática e efetivação dessas políticas, abordando aspectos que sempre foram apontados como pro-

blemáticos, tais como: a identificação das necessidades especiais e a elaboração de estratégias de atendimento, a disponibilidade de recursos para implementar a flexibilização curricular e o apoio ao professor (LAPLANE, 2006).

Além disso, a fundamentação do princípio inclusivo sustenta a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade dos alunos presentes na escola. Essa questão passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e nos cursos de formação dos sistemas de ensino. Entende-se que a educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, sobretudo em condições semelhantes aos demais.

Portanto, as escolas, além de garantir a matrícula, devem assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos. Dessa forma, visando garantir uma resposta educativa adequada às necessidades educacionais de todos os alunos, buscou-se implantar uma rede de serviços de apoio pedagógico especializado e diversificado, preferencialmente dentro da própria escola comum, ou então em outros espaços, a fim de complementar os trabalhos realizados pela classe regular com esses alunos, garantindo-se, assim, a efetivação do processo de inclusão.

## **A rede de apoio especializado e as modalidades de atendimento**

A rede de apoio é constituída por um conjunto de serviços, ofertados pela escola e comunidade em geral, para dar respostas educativas às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Esses serviços de apoio pedagógico especializado podem ser realizados no contexto da sala de aula, ou em contraturno, por meio da oferta de recursos humanos, técnicos, tecnológicos, físicos e materiais e têm por objetivo possibilitar o acesso e a complementação do currículo comum ao aluno.

Em relação aos alunos com surdez, que enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da especificidade do limite que a perda da audição provoca e da forma como se estruturam as propostas edu-

cacionais das escolas, esses serviços de apoio são essenciais para que se possa garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados. Até hoje se observa que muitos desses alunos foram prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e político-cultural e desenvolveram perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem, ficando aquém dos demais colegas de escola.

No contexto do ensino regular, destacam-se alguns serviços de apoio pedagógico que podem ser ofertados aos alunos surdos, dependendo de suas necessidades específicas, como:

- profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
- instrutor surdo de Libras;
- Centro de Atendimento Especializado (CAE);
- classes de educação bilíngue para surdos matriculados nas séries iniciais, o chamado Programa de Escolaridade Regular com Atendimento Especializado (Perae);
- instituições especializadas;
- escolas especiais.

## Profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa

É o profissional com competência linguística em Libras/Língua Portuguesa, que atua no contexto do ensino regular no qual há alunos surdos matriculados. Sua atuação é a de mediador na comunicação entre surdos e ouvintes, nas diferentes situações de aprendizagem e interação social. O intérprete não substitui a figura do professor em relação à função central no processo de aprendizagem.

O intérprete de Libras é uma figura que está aos poucos se tornando conhecida no âmbito acadêmico, principalmente no que diz respeito às suas funções dentro da escola e de sala de aula. É um dos recursos humanos destinados ao apoio de alunos surdos, o qual está sendo incorporado no espaço educacional brasileiro há alguns anos.

Pela política de inclusão e pela oficialização da Libras, torna-se essencial discutir a importância, o papel e as possibilidades de atuação desse profissional na realidade educacional brasileira.

Verifica-se hoje que o intérprete de Libras assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente às dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. Porém, essas funções não são compatíveis com suas reais obrigações profissionais, necessitando haver ainda uma discussão no meio escolar para que se possa definir diante de toda a comunidade escolar as especificidades técnicas e éticas desse profissional na escola.

## Instrutor de Libras

É um profissional surdo que atua em serviços especializados, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e de aspectos socioculturais da surdez na comunidade escolar.

A formação de instrutores e/ou docentes para o ensino de Libras deve ser realizada em curso de Pedagogia ou similar, sendo que tanto a Libras como a Língua Portuguesa devem constituir línguas de instrução, ou seja, formação bilíngue; ou ainda cursos de graduação de licenciatura plena em Letras-Libras ou Libras-Língua Portuguesa.

Complementando essa formação, o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, afirma que, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de Educação Superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- professor ouvinte bilíngue: Libras/Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Segundo o Decreto as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação para instrutores e/ou docentes de Libras, e também terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras, em qualquer um dos níveis de ensino.

## **Centro de Atendimento Especializado (CAE)**

É um serviço de apoio educacional, em contraturno, destinado a alunos surdos matriculados na Educação Básica. Compõe-se de professor especialista na área da surdez, cuja função é realizar um trabalho integrado com o ensino regular para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos surdos. Tem como objetivo complementar o atendimento educacional comum, por meio do desenvolvimento de uma proposta de educação bilíngue – Libras/ Língua Portuguesa – para surdos.

A atuação do CAE deve complementar e/ou suplementar a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

## **Classes de educação bilíngue para surdos matriculados nas séries iniciais, denominadas Programa de Escolaridade Regular com Atendimento Especializado (Perae)**

O Perae é um serviço de natureza pedagógica que se constitui na oferta de classes de educação bilíngue (Libras e a Língua Portuguesa), nos estabelecimentos do ensino regular, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que a Libras e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, sejam as línguas de instrução e interação em sala de aula.

## **Instituições especializadas**

As instituições especializadas prestam serviços de atendimento educacional e/ou de natureza terapêutica (psicologia e fonoaudiologia), em contraturno, para alunos surdos matriculados na Educação Básica. Compõe-se de equipe técnico-pedagógica especializada para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos surdos.

## Escolas especiais

São instituições de serviço especializado com proposta pedagógica de educação bilíngue que oferece escolarização formal, na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Pós-Médio. Destinam-se a atender alunos prestando uma atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social e, esse atendimento pode ser complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de saúde, trabalho e assistência social.

A Escola Especial tem por finalidade proporcionar aos estudantes condições favoráveis de desenvolvimento de competências, aprendizagem, integração social e autonomia. O atendimento educacional nessas escolas realiza-se de acordo com a faixa etária, necessidades e potencialidades de cada estudante, por meio dos programas de Estimulação Essencial, Educação Infantil, Ensino Escolar e Educação para o Trabalho.

## Avaliação educacional

Para complementação dos serviços para atendimento de alunos com surdez destaca-se uma proposta de avaliação alternativa, que leve em consideração os aspectos específicos da gramática da Libras e sua influência na aprendizagem e escrita da Língua Portuguesa.

Em relação à forma ou estrutura do texto, segundo Fernandes (2007), o professor deverá estar atento aos seguintes aspectos morfosintáticos por estarem diretamente relacionados à organização da Libras:

- a organização sintática da frase poderá apresentar a ordem OSV, OVS; SVO (topicalização);
- ausência de verbos de ligação;
- utilização do artigo de forma inadequada ou aleatória, devido à sua inexistência em Libras;
- utilização de elementos que constroem a coesão textual, como é o caso das conjunções, preposições, pronomes, entre outros, que poderão não se apresentar ou se colocar inadequadamente;
- apresentação sem flexão de tempo, modo e pessoa na Libras, e isso causa interferência significativa na escrita. Por decorrência dessa falta de flexão, há uma tendência de os surdos apresentarem os verbos em sua forma infinitiva na escrita.

Já em relação ao aspecto semântico ou de conteúdo do texto, são características próprias dos textos de surdos a limitação ou inadequação lexical (pobreza de vocabulário), em decorrência das experiências limitadoras em relação à língua portuguesa a que os surdos foram submetidos em sala de aula e das poucas oportunidades de leitura no ambiente familiar, o que acaba por prejudicar a argumentação e coerência do texto.

Na avaliação da produção escrita de surdos em Língua Portuguesa, deve-se orientar os professores para que permitam ao aluno o acesso ao dicionário e ao intérprete de Libras nas provas, que seja dada maior relevância ao conteúdo (nível semântico), ao aspecto cognitivo de sua linguagem, coerência e sequência lógica das ideias e, por fim, que a estrutura morfossintática seja analisada com certa flexibilidade, dando maior valor ao uso de termos da oração, como termos essenciais, termos complementares e, por último, os termos acessórios, não sendo por demais exigente no que diz respeito ao elemento coesivo.

É indispensável também que o professor não supervalorize os erros da estrutura formal da Língua Portuguesa em detrimento do conteúdo. Estes devem ser apontados com o objetivo de que o aluno possa conhecê-los, analisá-los e juntamente com o professor superá-los, favorecendo mais um processo no decorrer de toda a aprendizagem.

Pode-se também promover momentos distintos de avaliação. O primeiro deles, somente em nível conceitual, feito exclusivamente em Libras, com ou sem a colaboração de um intérprete, dependendo do ambiente escolar. Por exemplo, em escolas de educação bilíngue essa avaliação pode ser direta entre professor e aluno, ou então, em classes de inclusão, por meio da mediação de um intérprete que traduz os sinais do aluno para o professor. Essa avaliação tem como objetivo verificar a aprendizagem do aluno no que se refere aos conhecimentos e conteúdos adquiridos e interiorizados pelo aluno de forma eficaz. O segundo momento inclui a Língua Portuguesa como mediadora, verificando a capacidade de leitura, interpretação e expressão do aluno na segunda língua.

Todo o processo de avaliação da aprendizagem é merecedor de profunda reflexão, visto que ela deve ser norteadora dos meios de ensino e aprendizagem, numa ênfase qualitativa dos processos, visando à aplicação dos conhecimentos no cotidiano do aluno e favorecendo o exercício pleno da cidadania, e não com um enfoque quantitativo, classificatório e excludente.

## Texto complementar

### Entrevista

(INCLUSÃO, 2006)

Entrevistadas:

- Geralda Cornélia de Freitas
- Gilmária R. da Cunha
- Teresa Cristina de H. Sousa
- Rosângela Machado

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, implantado pelo MEC em 4 646 municípios brasileiros, conta com 144 municípios-polo que atuam como multiplicadores da formação de gestores e educadores para a transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo. Os municípios aderiram ao Programa assumindo o compromisso com o desenvolvimento de ações de formação de educadores, organização do currículo e do espaço escolar para o atendimento educacional especializado, realização de parcerias e participação da família com vistas à garantia do acesso e permanência de todos os alunos nas classes comuns das escolas da rede regular de ensino.

A seguir, as professoras Geralda Cornélia de Freitas, de Betim (MG), Teresa Cristina de Holanda Sousa e Gilmária Ribeiro da Cunha, de Salvador (BA) e Rosângela Machado, de Florianópolis (SC) coordenadoras do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade em seus municípios, falam sobre o desenvolvimento da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

**O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade introduziu uma nova política de formação de educadores para a efetivação da educação inclusiva no país. Como esse processo ocorreu no seu município?**

Betim: A partir de 2004, Betim, município-polo, com o objetivo de disseminar as políticas públicas inclusivas, orientou a implantação de uma sistemática de ação inclusiva para quarenta e quatro municípios mineiros de sua abrangência. O êxito do trabalho justifica-se pela implantação e expansão



dos setores de apoio à inclusão educacional nesses municípios de abrangência, como também no município-polo de Betim, com uma significativa matrícula e atendimento de 2 974 alunos com necessidades educacionais especiais, entre os Ensinos, Infantil, Fundamental e Médio, conforme Censo Escolar 2006.

Salvador: O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, através de ações voltadas para a formação de gestores e educadores a partir do ano de 2004, contribuiu para ampliar e fortalecer um trabalho de inclusão que a Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Salvador (BA) (SMEC), aos poucos, já vinha se empenhando para realizar, com o apoio de instituições parceiras. Desde 2003, a partir da formação dos coordenadores dos municípios-polo, realizada pelo MEC/SEESP, esse trabalho deu um salto em qualidade e resultados.

Florianópolis: A nova política de formação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade possibilitou preparar gestores e educadores para serem multiplicadores dos fundamentos e princípios da educação inclusiva em suas redes de ensino. Principalmente os gestores das secretarias municipais de ensino se sentiram apoiados para implementar ações que promovem o atendimento educacional especializado.

### **O atendimento educacional especializado foi organizado de modo complementar ou suplementar ao processo de escolarização?**

Betim: Os atendimentos oferecidos pelo Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva – Rafael Veneroso/CRAEI-RV –, são de caráter complementar e suplementar, tendo por objetivo o apoio às famílias, aos professores e aos alunos com necessidades educacionais especiais, em seu processo de aprendizagem e inserção social. Faz parte desses atendimentos a utilização e viabilização de equipamentos e materiais específicos para alunos com disfunção neuromotora, ensino da Libras aos alunos surdos, ensino do sistema Braille, utilização do Soroban, prática de orientação e mobilidade e atividade de vida diária para os alunos deficientes visuais, serviços de itinerância e orientação às famílias.

Salvador: A oferta do atendimento educacional especializado no município de Salvador está organizada de modo complementar, em turno oposto ao ensino regular, contando com o apoio dos serviços especializados de 12 instituições parceiras, conveniadas à Secretaria.

Florianópolis: O Curso de Formação para Gestores e Educadores deixou claro que o atendimento educacional especializado é complemento ou suplemento ao processo de escolarização, não podendo em hipótese alguma substituir o conhecimento escolar que é de competência das salas de aula comuns. Assim sendo, as redes de ensino, que participaram do Programa, têm claro que uma das ações a ser implementada em suas políticas educacionais é o atendimento educacional especializado complementar.

**Comente as contribuições da formação do Programa na construção do projeto pedagógico das escolas para a promoção da acessibilidade curricular, atitudinal, física e nas comunicações.**

Betim: Com a implementação do Programa, o município de Betim teve suas ações enriquecidas com os princípios norteadores dessa proposta, os quais objetivam a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. A partir de então, houve um fortalecimento e ampliação da prática inclusiva, oportunizando não somente a sensibilização dos educadores quanto ao trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, como também a fundamentação teórica e aplicação prática para o trabalho escolar com estes educandos.

Salvador: O Programa possibilitou o rompimento de barreiras atitudinais existentes em muitos profissionais e a partir daí, inúmeras escolas da rede municipal de Salvador têm revisitado o seu Projeto Político Pedagógico tornando-o inclusivo e buscando revelá-lo em sua prática. A conscientização da inclusão como um direito à igualdade de oportunidades ao mesmo tempo em que se respeite à diversidade humana que está presente na escola, tem desafiado educadores e educadoras na construção de um currículo que concilie as diferenças, preserve as identidades e, sobretudo, não negue aos alunos e alunas a igualdade de aprender, segundo as possibilidades de cada um.

Florianópolis: O Curso de Formação e as publicações distribuídas para as escolas ofereceram subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos fundamentados nos princípios da educação inclusiva. Outro fator importante foi o estudo das especificidades, ou seja, a formação e as publicações permitiram conhecer as necessidades de cada deficiência para, então, buscar serviços e recursos para os alunos com deficiência terem acesso ao currículo

e ao ambiente físico escolar. Além disso, o fato de demonstrar possibilidades de acessibilidade fez com que os gestores e educadores acreditassem na inclusão escolar.

**Com base nas experiências vivenciadas por seu município, destaque as ações realizadas para fortalecer as relações entre a escola e família e para a formação de redes de apoio à inclusão escolar.**

Betim: Entendemos que a relação estreita junto às famílias favorece enormemente este trabalho. Assim, o CRAEI-RV propõe a realização de diversos trabalhos junto aos pais, podendo estes acontecer individualmente ou em pequenos grupos. Realiza periodicamente encontros com pais que contemplam as intervenções e orientações dos serviços de psicologia, assistência social, fonoaudióloga, pedagogia e fisioterapia. Além disso, oferece oficinas onde os pais têm oportunidade de aprender trabalhos manuais que possam melhorar a renda familiar. Conforme interesse e necessidade, os pais também podem aprender o Braille e a Libras, visando estreitar os laços familiares. É interessante destacar que os trabalhos realizados com os pais acontecem enquanto seus filhos participam das intervenções das quais necessitam.

Salvador: Podemos destacar a criação do Núcleo Interdisciplinar de Apoio ao Professor (Niap), o qual tem como principal objetivo o fortalecimento do sistema educacional inclusivo de Salvador através do apoio interdisciplinar. O Niap é composto por profissionais que realizam encontros sistemáticos com professores com vistas a apoiá-los no processo de inclusão dos alunos, através de estratégias individuais e coletivas de acordo com demanda do professor, do coordenador pedagógico e do gestor da escola. O Núcleo também promove, no âmbito da escola, discussões acerca da necessidade de formação de redes de apoio a partir da comunidade na qual está inserida, incentivando gestores e professores a buscar parcerias de apoio à inclusão, começando pela própria família, que neste processo também se sente apoiada.

Florianópolis: A primeira ação realizada para fortalecer as relações entre a escola e a família foi a orientação aos pais referente aos seus direitos e onde eles podem recorrer caso esses não sejam atendidos. A segunda ação foi mostrar aos pais, principalmente, daqueles alunos com deficiência que nunca frequentaram o ensino regular, os benefícios da inclusão escolar. As redes de apoio são formadas constantemente, principalmente com os profis-

sionais da Apae, das escolas e instituições especializadas e das universidades. Serviços e saberes entre as universidades, instituições especializadas e rede regular de ensino, devem servir de apoio para fortalecer a inclusão escolar.

**Considerando os princípios da educação inclusiva de direito de todos à educação e atenção à diversidade, o que mais você destacaria como relevante na implementação do Programa no seu município?**

Betim: Entre as várias ações de caráter inclusivo, realizadas no município de Betim, destacamos o projeto Espaço Aberto à Inclusão que tem como objetivo possibilitar um momento em que os educadores das escolas comuns possam compartilhar experiências, oportunizando a construção de um fazer inclusivo, por meio de uma formação contínua, teórica e prática.

Salvador: Na implementação do Programa no município de Salvador o que mais destacamos foi a possibilidade de mobilizar todos os gestores para uma ampla discussão no que se refere à diversidade humana e o espaço escolar, o diálogo entre saúde e educação, a definição de papéis da escola regular e da instituição especializada, sensibilizando-os e transformando-os em multiplicadores de ideias que favorecem a inclusão. Atualmente percebemos que as escolas estão mais “abertas” à inclusão, diminuindo a cada dia o discurso de “não estar preparada”, pois já compreendem que é preciso primeiro acolher e a partir daí buscar a superação dos desafios e assim transformar a realidade.

Florianópolis: O que considerei mais relevante em meu município foi poder reunir profissionais de várias redes de ensino para discutir uma política educacional inclusiva e contar com a contribuição de várias realidades. São vários municípios que discutem, hoje, a inclusão escolar e que tiveram como ponto de partida os seminários de formação para gestores e educadores que ajudaram na reflexão, nos esclarecimentos e nas possibilidades para implementação de redes de ensino verdadeiramente inclusivas.

---

## Dica de estudo

Para complementar os estudos sugere-se o artigo “A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar”, de Maria Teresa Eglér Mantoan, pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp.

A autora faz uma revisão crítica da Educação Especial no Brasil, explicita as modalidades de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema escolar e enfatiza os princípios de uma educação para todos.

---

## Atividades

1. Quais os motivos que exigem dentro da proposta inclusiva de educação a necessidade de serviços de apoio?

---

---

---

---

---

2. Cite os principais serviços de apoio especializado garantidos pela legislação brasileira para atendimento de alunos surdos.

---

---

---

---

---

3. Explique de forma sintetizada três dos atendimentos especializados para apoio a alunos com surdez.

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. As escolas, além de garantir a matrícula, devem assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos. Dessa forma, visando garantir uma resposta educativa adequada às necessidades educacionais de todos os alunos, buscou-se implantar uma rede de serviços de apoio pedagógico especializado e diversificado, preferencialmente dentro da própria escola comum, ou então em outros espaços, a fim de complementar os trabalhos realizados pela classe regular com esses alunos, garantindo-se, assim, a efetivação do processo de inclusão.
2. Profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa, instrutor surdo de Libras, Centro de Atendimento Especializado (CAE), classes de educação bilíngue para surdos, matriculados nas séries iniciais – o chamado Programa de Escolaridade Regular com Atendimento Especializado (Perae), instituições especializadas e escolas especiais.
3. Profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa – que atua no contexto do ensino regular no qual há alunos surdos matriculados. Sua atuação é a de mediador na comunicação entre surdos e ouvintes, nas diferentes situações de aprendizagem e interação social. O intérprete não substitui a figura do professor em relação à função central no processo de aprendizagem.

Instrutor de Libras – é um profissional surdo que atua em serviços especializados, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino e à difusão da Língua Brasileira de Sinais/Libras e de aspectos socioculturais da surdez na comunidade escolar.

Centro de Atendimento Especializado (CAE) – serviço de apoio educacional, em contraturno, destinado a alunos surdos matriculados na Educação Básica, tendo como objetivo complementar o atendimento educacional comum, por meio do desenvolvimento de uma proposta de educação bilíngue – Libras/Língua Portuguesa – para surdos.

---

## Referências

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. In: **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria: UFSM, 2003. n. 22.

BRASIL. **Educação Inclusiva**: direito à diversidade. Curso de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436 [...]. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D562.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D562.htm)>. Acesso em: 3 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Disponível em: <<http://blogdocne.blogspot.com/2009/10/resolucao-cneceb-n-042009.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

FERNANDES, S. F. Avaliação em Língua Portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. In: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Grupos de estudos por área. Curitiba, 2007. Disponível em: <[www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/deesurdez.php](http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/deesurdez.php)>. Acesso em: 3 nov. 2010.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**, n. 6, dez./2006.

LAPLANE, A. **Uma Análise das Condições para a Implementação de Políticas de Educação Inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, out. 2006.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

RINALDI, G. (Org.) **Educação Especial**: deficiência auditiva, v. 1. n. 4. Brasília: MEC/SEESP, 1997. Série Atualidades Pedagógicas.

SKLIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

